

"Incentivo fiscal" pode vir Economia - Brasil

9 MAI 1986

por Jurema Boesse
de Brasília

GAZETA MERCANTIL

O ministro da Fazenda, Dilson Funaro, e do Planejamento, João Sayad, a participarem, ontem, do seminário "Brasil em Exame, a hora de investir", promovido pela revista Exame, enviaram recados claros ao empresário presente ao debate: "Não há descongelamento de preços à vista", "o governo deve manter no mercado instrumentos que regulem preços" e "a saída para o aumento do consumo passa, necessariamente, pela modernização do parque industrial brasileiro".

O ministro Funaro, depois de ser indagado sobre o momento em que o mercado passaria a fixar com liberdade os seus preços, começou a sua longa resposta, traçando um paralelo com a economia norte-americana. Quando os Estados Unidos decidiram aumentar as suas importações, com a desvalorização do dólar, o que promoveu uma redução em alguns preços domésticos da ordem de 35%, e propiciou a entrada no mercado do carro japonês, que custava US\$ 1,25 mil a menos que o carro americano, os empresários, continuou Funaro, não foram ao governo pedir preços.

O setor se organizou, se modernizou, reciclou o seu parque industrial e saiu da crise, disse o ministro.

No Brasil, "os empresários se acostumaram a bater na porta do Conselho Interministerial de Preços (CIP) para pedir preços". Existe no País, acrescentou, "uma proteção absurda ao setor produtivo e quanto mais monopolista ele se caracteriza, mais lenta e demorada será a sua modernização", acen- tuou.

A reforma monetária, afirmou Funaro, representa um programa de estabilização econômica, e não um programa de reposição de margens. Ela promoveu um corte linear no processo de evolução dos preços, surpreendendo alguns setores com preços desfavoráveis, e deixando alguns em condições mais razoáveis.

Aqueles que foram atingidos pelo congelamento ou tabelamento de preços, com a sua estrutura de preços defasada, "poderão receber algumas vantagens iniciais" para uma recomposição no tempo, que pode passar pela via "do incentivo fiscal". Um desses setores, apontou o ministro, é o de farmácia. "A Abifarma se enquadra nessa situação."

Assim como o setor de vinhos, informou a este jornal o titular da Secretaria Especial de Abastecimento e Preços (SEAP), José Carlos Braga.

Funaro explicou, na conversa com os jornalistas, que o incentivo fiscal poderá ser utilizado "como um instrumento de redução de custos num espaço curto de tempo e apenas para resolver problemas sérios de preços". Segundo informou, "não chega a 8% do universo das empresas aquelas cujos preços congelados ou tabelados criaram dificuldades para a sua produção e comercialização".

O descongelamento de preços, enfatizou o ministro da Fazenda, "não está à vista". Ele não tem prazo para terminar, e ele só será feito quando a sociedade brasileira readquirir a noção de valor. O valor foi deteriorado com o processo inflacionário, e desgastado com as elevadas taxas de preços. O ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto lembrou que, antes do plano, se discutia reajuste de 100%, e hoje se discute aumento de 2%. O mesmo é válido para os preços.

O ministro do Planejamento, João Sayad, reconhece que "o CIP é um instrumento desagradável de controle", mas, ressaltou, o governo está convencido de que não pode abrir mão desse instrumento no momento atual. Tanto Sayad quanto Funaro entendem que há um campo interno no País ainda para ser ajustado pela indústria, antes de se discutir a questão do descongelamento dos preços.

Alguns setores, afirmou Funaro, acreditavam que a

saída para escapar do congelamento dos preços seria o lançamento de produtos novos, o que na realidade não se verificou. Segundo ele, não é possível um produto novo entrar no mercado com um preço superior ao de seus similares. A economia está-se ajustando e conseguindo resolver os seus problemas.

A importação de produtos, seja para resolver o problema do excesso de demanda ou para estimular a

concorrência internamente, pode ser "uma solução temporária", entende o ministro Sayad, ao ser indagado sobre a possibilidade de o País importar automóveis. A possibilidade, apesar de não estar em estudos — garantiu Sayad —, foi sugerida, na opinião de alguns empresários, no paralelo feito pelo ministro Funaro com o caso americano, quando se reportou à importação de carros japoneses.